



**Presidência da República**  
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

## **DISCURSO DO MINISTRO EDSON SANTOS NA ABERTURA DA CONFERÊNCIA DE REVISÃO DE DURBAN**

**GENEBRA, 20 DE ABRIL DE 2009**

Senhor(a) Presidente da Conferência,  
Senhor Secretário Geral das Nações Unidas,  
Senhora Alta Comissária de Direitos Humanos,  
Senhor Presidente do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas  
Senhoras e Senhores Chefes de Estado e Chefes de Governo,  
Senhoras e Senhores Ministros de Estado,  
Senhoras e Senhores representantes da sociedade civil,  
Senhoras e Senhores,

O Brasil veio para participar desta Conferência porque acredita no compromisso do combate ao racismo. Reafirmamos nosso compromisso com a Declaração e o Plano de Ação de Durban. Assumimos esse compromisso em 2001 e o reiteramos em 2006 junto com a Sociedade Civil e os governos da região na Conferência Regional das Américas sobre os Avanços e Desafios da Implementação do Plano de Ação. Reiteramos este compromisso em 2008 quando da Conferência Regional da América Latina e Caribe preparatória para este encontro de Genebra.

Ao longo dos últimos meses, foram intensos os esforços empreendidos no processo de preparação desta Conferência. Trabalhamos todos, governos e sociedades civis, de modo construtivo e responsável; fomos flexíveis, sem jamais perder de vista que temos diante de nós a obrigação de reafirmar o combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e às intolerâncias correlatas. Combater o racismo não é uma opção; é uma obrigação moral e ética.

Durban reconheceu o conceito político e social de raça e a inexistência de hierarquia entre os seres humanos. A humanidade é composta por apenas uma raça: a raça humana. Não existem diferenças biológicas entre nós, mas existe a manipulação política do conceito de raça como fator de segregação. O conceito pode servir para a superação das desigualdades e das ideologias racistas. A Conferência não pode prescindir dessa conquista.

O texto diante de nós revela equilíbrio entre posições que se temiam irreconciliáveis. Nele não serão encontradas singularizações negativas de qualquer país, tampouco referências seletivas a crises regionais. Em seu corpo, são tratados de modo balanceado temas do passado, bem como são condenadas formas contemporâneas de racismo e outras formas de discriminação. Deplora-se, igualmente, o aumento dos casos de perseguição a praticantes de várias das religiões do Mundo.

Chegamos a um documento que, sem ser uma tradução de posições apenas nacionais, revela sentido histórico e comprometimento com a própria essência do



## Presidência da República

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

sistema multilateral. Nada no texto implica um retrocesso nas conquistas de 2001; nada no texto nos impede de avançar. O processo de Durban não se esgota aqui. Ele seguirá, em nossas sociedades, para o bem de nossos povos.

Ausentar-se do processo negociador é render-se à tentação do não-diálogo. É negar-se à mudança. O processo multilateral não pode ser refém de atitudes desta natureza. Nas negociações que nos trouxeram até aqui, mostramos todos estar prontos a aceitar a diversidade de opiniões; a tolerar a diferença; a respeitar a diversidade. Mesmo aqueles países que pela voz de alguns eram rotulados de “radicais” mostraram-se à altura do desafio de Durban. É inexplicável e inaceitável a ausência de alguns países. Abandonar Durban é desviar-se do longo caminho que trilhamos desde a celebração da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Brasil jamais estará ausente de debates e de compromissos em favor do combate à discriminação. Independentemente de quantos aqui se façam representar, seguiremos na vanguarda das políticas de combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e às intolerâncias correlatas. Nosso compromisso é histórico: ele será honrado. O Brasil foi pioneiro em apresentar resolução apontando a incompatibilidade entre democracia e racismo.

Durban tem significado importante em nossa história de construção de verdadeiras democracias sem racismo e sem discriminação. Durban consagrou o patamar mínimo de proteção internacional às vítimas de racismo, discriminação racial e intolerâncias correlatas. Contemplou demandas dos movimentos sociais brasileiros e estabeleceu o marco contra a desigualdade. Favoreceu a implementação de ações afirmativas, bem como a proteção às vítimas de discriminações múltiplas e agravadas.

A Conferência de 2001 mobilizou a sociedade brasileira. Metade da nossa população é afro-descendente. Possuímos a segunda maior população negra do mundo e mais de 180 povos indígenas. Somos uma Nação multi-étnica e multirracial. A valorização da contribuição que esses povos deram ao País é uma resposta à invisibilidade das vítimas de racismo e de discriminação.

Tema de grande importância para o governo brasileiro é também o combate à intolerância religiosa. Estão sendo tomadas medidas de proteção contra a intolerância que atinge em particular os praticantes das religiões de matrizes africanas.

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da qual sou titular, não é uma peça de retórica. Criada em 2003 pelo Presidente Lula, representou um dos primeiros e decisivos passos na efetiva implementação da Declaração e do Plano de Ação de Durban. Sua missão é coordenar a ação do governo contra o racismo e a discriminação contra negros, indígenas, ciganos e demais grupos vulneráveis.

O diálogo com a sociedade civil está inserido na administração do governo brasileiro – por meio de Conselhos Paritários que exercem o controle social das ações



## Presidência da República

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

governamentais. Em junho, realizaremos a II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, ocasião em que Governo e sociedade civil debateremos a política de igualdade racial.

Senhor Presidente,

Não há antagonismo entre as políticas públicas universais e as ações afirmativas. A missão dos governos é atender às necessidades de todos os cidadãos e tratar desigualmente os desiguais.

Implementamos e aprofundamos nosso compromisso com as teses centrais de Durban por meio de um conjunto amplo de iniciativas. Ao aprofundarmos o combate ao racismo, aprofundamos nossa democracia.

A perspectiva racial está presente nos programas sociais. Criamos a Política de Saúde da População Negra, retirando os fatores de discriminação e humanizando a assistência médica; instituímos o ensino da História afro-brasileira e indígena na educação fundamental e média, para melhorar a auto-estima de nossas crianças; ampliamos o acesso ao ensino superior e à pós-graduação por meio de ações afirmativas nas universidades.

O aumento no volume dos investimentos sociais, em associação com as políticas de ação afirmativa, provocou resultados significativos para a redução das desigualdades no Governo do Presidente Lula: a população pobre foi reduzida de 43% para 30%.

Atento aos efeitos da crise econômica internacional, o Governo brasileiro preocupa-se em manter e expandir a rede de proteção e as recentes conquistas sociais, evitando que as populações historicamente vulneráveis, como os negros, índios e ciganos continuem a ser as mais atingidas.

Os negros e outros grupos vulneráveis à pobreza são beneficiados pela política de distribuição de renda que já retirou 11 milhões de famílias brasileiras da miséria: o Bolsa Família.

No campo, a prioridade é o atendimento das cerca de 3500 comunidades de quilombos, formadas por descendentes de negros que resistiram à escravidão. Essas comunidades ainda são muito pobres e excluídas dos benefícios gerados pelo progresso do País.

O racismo é incompatível com a democracia. Devemos ampliar o espectro de proteção consagrado em Durban, aprofundá-lo e fortalecê-lo, jamais reduzi-lo.

Senhor Presidente,

Precisamos aprofundar a cooperação internacional. A promoção da igualdade se beneficiará do intercâmbio de experiências, da difusão de boas práticas e da



## **Presidência da República**

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

assistência técnica internacional. Esta Conferência pode contribuir para a replicação das experiências bem sucedidas contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as intolerâncias correlatas.

O Brasil favorece criação de um índice de igualdade racial ou de um sistema de indicadores que permita a comparação internacional das desigualdades e da discriminação étnica e racial, com base na auto-declaração voluntária e na confidencialidade.

É importante que as Nações Unidas promovam o debate sobre formas de intolerância contra indivíduos que não estão contempladas em Durban.

No Brasil, com base no diálogo com a sociedade civil, temos promovido políticas públicas sobre diversidade sexual e identidade de gênero. Realizamos a I Conferência Nacional sobre o tema em junho de 2008, com ampla participação de representantes de diversos setores sociais.

Ao finalizar, reafirmo o compromisso do Brasil com a proteção dos direitos humanos, bem como o direito à igualdade. Não haverá democracia efetiva enquanto todas as formas de discriminação, segregação e intolerância não forem definitivamente banidas.

Que este seja um momento proveitoso, de muita reflexão, trabalho e crescimento. Agradeço a atenção de todas e de todos.